

Um programa para reduzir a dívida dos subdesenvolvidos (2)

Guillermo de la Dehesa (*)



A estratégia da dívida desde a crise de 1982 esteve baseada no objetivo de proteger o valor dos ativos dos bancos credores, na suposição de que os países devedores tinham fundamentalmente um problema de liquidez e que eles poderiam cumprir com suas obrigações de pagamento do serviço da dívida se ela fosse prorrogada por um período mais longo.

Na primeira fase, entre 1982 e 1985, a estratégia consistiu em alcançar acordos sobre reescalonamento das dívidas para reduzir o problema de "cash flow" anual e em acompanhar tais reescalonamentos com programas de ajuste aprovados pelo Fundo Monetário International.

A segunda fase se inicia com o Plano Baker, em fins de 1985, que se baseia em duas plataformas: em primeiro lugar, em mudar a política de ajuste, e, em vez de utilizar políticas de contração de demanda para criar superávits e transferi-los, fazer políticas de ajuste estrutural orientadas ao crescimento e à expansão da oferta. Em segundo lugar, em apoiar tais políticas com dinheiro novo. O Banco Mundial e os bancos regionais destinariam mais US\$ 9 bilhões nos três anos seguintes e os bancos comerciais deveriam destinar outros US\$ 20 bilhões novos ao mencionado período, o que supõe um aumento anual de 2,5% de seu risco.

O plano fracassou porque os bancos destinaram quantidades muito menores, pois, apesar de alguns países terem melhorado sua estrutura de produção e diversificado suas exportações, o mercado continuou duvidando cada vez mais de que pudessem chegar a pagar. Em consequência o preço, no mercado secundário, de sua dívida caiu em uns 50% entre novembro de 1985 e novembro de 1987. A Argentina passou de 70 a 34 centavos por dólar, o Brasil de 80 a 38, o México de 80 a 47, o Peru de 35 a 5 e o Equador de 65 a 30.

Houve algo chamado Plano Baker 2, que foi atribuído à nova posição do Tesouro americano, baseado em que existe um "menu de opções" que os merca-

dos financeiros vêm desenvolvendo e que seriam suficientes para ir levando (muddling through) num enfoque caso a caso.

Ante essa situação, os países devedores não vêem mais de duas opções: 1) uma redução de valor do estoque da dívida de acordo com os preços reais da dívida no mercado secundário, ou uma moratória unilateral (nos países que se encontram em pior situação) ou 2) o enfoque "minimax" (nos países que se encontram relativamente melhor), isto é, o mínimo de pagamento que permita o máximo de crescimento no país, e não o enfoque "maximin", o máximo de pagamento que permite um mínimo de crescimento, que era o enfoque inicial.

A Espanha é o único país da OCDE que tanto na reunião de abril do Comitê in-

terno do Fundo Monetário Internacional quanto no Conselho de Ministros da OCDE em maio se declarou oficialmente partidária de uma redução do estoque da dívida dos países em desenvolvimento.

A posição espanhola é, em síntese, a seguinte: a solução do problema da dívida exige a colaboração e a cooperação de todas as partes envolvidas — devedores, credores públicos e privados e órgãos multilaterais.

Os países devedores devem prosseguir seus esforços de ajuste macroeconômicos pelo lado da demanda e de reformas estruturais pelo lado da oferta, para conseguir uma taxa de crescimento econômico mais sustentada e sobre bases mais sólidas e saudáveis.

Os países credores devem contribuir para uma

solução do problema de várias maneiras. Primeiro, cooperando no seio do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) para reduzir o protecionismo atual, especialmente na agricultura e em alguns produtos industriais básicos e de consumo. Em segundo lugar, coordenando suas políticas macroeconômicas para conseguir um crescimento mais rápido e com maior estabilidade nas taxas de câmbio e juro. Em terceiro lugar, apoiando fórmulas multilaterais de alívio da dívida e para isso colaborando com os organismos internacionais e canalizando novos fundos oficiais. Em quarto lugar, facilitando as relações entre os bancos credores e os devedores mediante a criação de normas fiscais, contábeis e de supervisão bancária mais favoráveis ao tratamento das provisões e

perdas nos balanços. Por último, apoiando uma maior flexibilidade nas negociações da dívida oficial no Clube de Paris.

Os bancos credores devem participar mais ativamente no menu de opções atual e nos futuros desenvolvimentos a favor de uma solução multilateral da dívida e canalizar novos fundos privados a esses países.

Os organismos internacionais devem apoiar técnica e financeiramente os programas de ajuste orientados ao crescimento dos devedores, aumentando os fluxos de fundos a esses países e sobretudo buscando fórmulas multilaterais de alívio da dívida que possam solucionar o problema com o mínimo custo e a máxima garantia.

A colaboração entre todas as partes deve tender a:

- Reduzir o estoque da dívida dos países em desenvolvimento com base, de um lado, nos descontos que oferece o mercado secundário da dívida e, por outro, nas percentagens das provisões para casos de falências que estabeleceram os bancos centrais para os bancos credores. Isso, por sua vez, exige:

- Manter o princípio de "caso a caso" para ter em conta as características específicas, estruturais, econômicas e políticas de cada devedor.

- Promover a participação das diferentes partes envolvidas nos esquemas de redução da dívida mas dentro da mais estrita adesão voluntária de cada uma das partes às decisões.

(Conclusão)

(*) Secretário de Estado da Economia — Ministério da Economia e Finanças da Espanha.